

A DISSEMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA QUESTÃO DE SAÚDE E DIREITO

Ana Caroline Spiecker De Andrade (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Sandra Marisa Peloso (Orientador). E-mail: smpeloso@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas e da Saúde, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciências da Saúde / Saúde Pública.

Palavras-chave: violência contra a mulher; responsabilidade; saúde.

RESUMO

O objetivo foi identificar as evidências científicas de como as áreas da saúde e do direito apresentam responsabilidades na luta contra a disseminação da violência contra a mulher. Já em relação ao método utilizado trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de artigos publicados no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2021, abordando no título, resumo e/ou descritores violência contra a mulher, saúde, direito e responsabilidade, disponíveis na íntegra em periódicos nacionais e/ou internacionais, indexados nas bases de dados eletrônicas, publicados nos idiomas inglês, espanhol ou português e com abordagem quantitativa e qualitativa. Como resultado e discussão, foram selecionados 8 artigos para compor a amostra final do trabalho. É possível identificar a prevalência de temas como a luta constante que as mulheres enfrentam para terem seu direito de não sofrer qualquer espécie de violência, quais são as consequências mais comuns que predominam nas vítimas de violência e também sobre como uma mudança no treinamento dos profissionais da área da saúde pode contribuir positivamente na luta a violência contra a mulher. Por fim, concluiu-se que as esferas da saúde e do direito desempenham um papel crucial no amparo das vítimas de violência contra a mulher. Nesse sentido, é necessário não apenas aprimorar a formação e treinamento dos profissionais envolvidos, mas também garantir uma infraestrutura de alta qualidade e acesso incontestável aos direitos pertinentes a cada área.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma questão alarmante e profundamente arraigada em muitas sociedades ao redor do mundo. Trata-se de um problema multidimensional que abrange aspectos culturais, falta de estrutura, de políticas públicas e de profissionais qualificados. Ao longo da história, a violência contra a mulher tem sido perpetuada através de normas de gênero desiguais, descritas e desrespeito pelos direitos humanos básicos (Oram; Khalifeh; Howard, 2017; Brasil, 2015). Nos últimos anos, os esforços foram feitos para aumentar a conscientização sobre a violência contra a mulher e para promover a igualdade de gênero. Movimentos

sociais, organizações não governamentais e governamentais têm trabalhado para criar leis mais rigorosas, políticas públicas abrangentes e programas de apoio às vítimas. No entanto, apesar desses avanços, a violência contra a mulher ainda persiste como um desafio global que requer uma ação contínua e coordenada (Brasil, 2015). Deste modo, o objetivo deste estudo foi identificar na literatura científica como a saúde e o direito assumem suas responsabilidades na luta contra a disseminação da violência contra a mulher.

MATERIAIS E MÉTODOS

Uma estratégia de busca ampla e sensível na literatura foi feita a partir das seguintes bases de dados: Embase, MEDLINE, PubMed, Lilacs e Scielo. As estratégias de busca foram desenvolvidas utilizando os termos do descritor (“MeSH Terms”), procurando artigos que contivessem as seguintes combinações: “Violence”, “Women”, “Health”, “Right”, “Responsibilities”, filtramos apenas os artigos publicados nos últimos dez anos (2011-2021), nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem no título, resumo e/ou descritores violência contra a mulher, saúde, direito e responsabilidade. Foram excluídas teses e dissertações, carta ao editor, relatos de experiência, estudos de caso, capítulos de livros, apresentações de congressos, artigos que investigaram violência sexual contra crianças, homens, ou grupos populacionais específicos. Foram identificados 8 artigos para análise e extração de dados.

Ao finalizar a seleção dos artigos, estes foram sistematizados em uma tabela contendo as suas principais informações: título, autor e ano de publicação, desenho do estudo, objetivo e os principais resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados 1.514 artigos ao todo. Em seguida, foram analisados os títulos dos artigos selecionados e incluídos na revisão todos aqueles que relataram o enfrentamento da violência contra a mulher nas áreas de saúde e direito. Após a seleção, 662 foram excluídos por duplicidade e fuga do tema, foram eleitos 61 artigos para serem analisados na íntegra. Foram excluídos 791 artigos por não atenderem todos os critérios de inclusão e exclusão propostos.

Após a aplicação de todos os critérios de elegibilidade, foram identificados 8 artigos para análise e extração de dados (Figura 1).

Foi possível identificar a prevalência de temas como a luta constante que as mulheres enfrentam para terem seu direito de não sofrer qualquer espécie de violência (n=3), quais as consequências mais comuns que predominam nas vítimas de violência (n=1) e mudança na formação dos profissionais da área da saúde que pode contribuir positivamente na luta da violência contra a mulher (n=4).

Dado que a violência contra a mulher é reconhecida como um desafio de saúde pública, diversos estudos realçam o testemunho dos enfermeiros na identificação de atos de violência perpetrados contra as vítimas que procuram assistência médica. Em várias ocasiões, esses profissionais são os primeiros a ter contato direto após a

ocorrência de violência. Além disso, tais estudos destacam os problemas sociais que envolvem esse assunto, muitas vezes obstruindo tanto os profissionais da área de saúde e do direito quanto às próprias vítimas de exercer seus direitos e alterarem a situação na qual se encontram.

Os estudos pesquisados, de forma geral, adotaram ideias convergentes a respeito dos obstáculos que têm limitado a contribuição eficaz dos setores da saúde e do direito na batalha contra a violência direcionada às mulheres. No âmbito da saúde, os problemas frequentemente se relacionam à preparação e capacitação para aqueles profissionais, em conjunto com a carência de infraestrutura física adequada para oferecer acolhimento às vítimas. (Arboit; Padoin; Vieira, 2020; Oram; Khalifeh; Howard, 2017).

Em relação aos profissionais da saúde, os estudos demonstram uma incapacidade do profissional em lidar com a situação em si, de entender o ato e os deveres em relação a notificação e encaminhamentos das vítimas (Brasil, 2015; Oram; Khalifeh; Howard, 2017; Arboit; Padoin; Vieira, 2020). Em relação aos profissionais do judiciário os problemas mostraram-se os mesmos (Souza; Marin; Rodrigues, 2021; Frugoli et al., 2019).

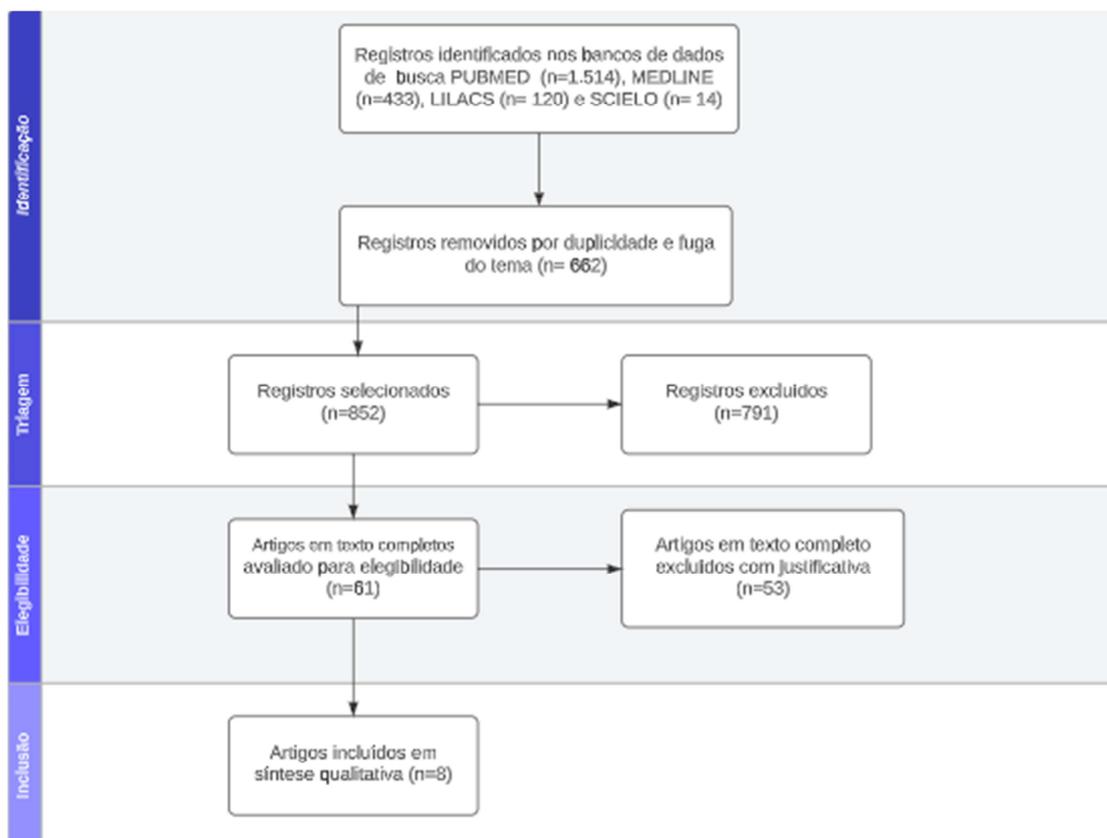


Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção de artigos da revisão sistemática, PRISMA-ScR. Maringá, PR, 2023.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, percebe-se que as esferas da saúde e jurídica são de extrema importância para as vítimas de violência, pois elas têm a responsabilidade social de intervir no ciclo da violência. A pesquisa destaca a necessidade dos países investirem em educação preventiva para erradicar a violência, melhorar os sistemas de integração e compartilhamento de informações entre os sistemas e desenvolver uma melhor qualificação de profissionais em diversas áreas.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Araucária e à Universidade Estadual de Maringá pelo apoio financeiro para o desenvolvimento deste projeto.

REFERÊNCIAS

ARBOIT, Jaqueline.; PADOIN, Stela Maris de Mello.; VIEIRA, Letícia Becker. Violence against women in Primary Health Care: Potentialities and limitations to identification. **Atencion primaria**, 2020. v. 52, n. 1, p. 14–21. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aprim.2018.09.008>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31153667/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. Violência contra a mulher e as práticas institucionais. **Ministério da Justiça e Secretaria de Assuntos Legislativo**. Brasília: Ministério da Justiça, 2015. 109 p. : il. – (Série Pensando o Direito, 52). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1378mjviolcontramulher52.pdf> Acesso em: 12 ago. 2023.

FRUGOLI, R. et al. De conflitos e negociações: uma etnografia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. **Saúde e Sociedade** [online]. 2019, v. 28, n. 2, pp. 201-214. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170842>. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170842>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ORAM, Sian; KHALIFEH, Hind; HOWARD, Louise. M. Violence against women and mental health. **The Lancet Psychiatry**. 2017 Feb;4(2):159-170. Epub 2016 Nov 15. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(16\)30261-9](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(16)30261-9). Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27856393/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SOUZA, Aline Pereira de; MARIN, Maria José Sanches; RODRIGUES, Paula Sales. O Mundo Sombrio das Mulheres Vítimas de Violência: Uma Análise Qualitativa dos Boletins de Ocorrência. **NTQR**, Oliveira de Azeméis, v. 8, p. 97-105, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36367/ntqr.8.2021.97-105>. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2184-77702021000300097&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 13 ago. 2023